

## ENTREVISTA À FOLHA DIRIGIDA

### “Temos que lutar por nossas utopias.” (Prof. Leodegário)

Uma vida voltada para a Educação. Assim é possível definir a carreira do professor Leodegário de Azevedo, que dedicou mais da metade de sua vida para lutar por melhoras no meio educacional do país. Entre suas diversas ações, está a proposta de criação de um Departamento Federal, dentro do Ministério de Educação (MEC), para educação de crianças e adolescentes fora da escola.

Em entrevista à FOLHA DIRIGIDA, publicada na edição do dia 6 de janeiro de 2009, ele contou que o projeto foi sugerido em novembro de 2008, através de uma carta enviada ao senador Cristovam Buarque, e até aquele momento não havia obtido uma resposta. O projeto também previa a criação de uma lei que determinava os seguintes recursos financeiros para o departamento: 5% advindos dos recursos do Imposto de Renda de todos os brasileiros; 5% advindos dos recursos do PIB e 5% advindos de doações de empresas privadas, com direito a desconto na prestação do Imposto de Renda.

Leodegário acreditava que, deste modo, todos os prefeitos brasileiros poderiam exibir uma placa em praça pública com os dizeres: “Aqui não há crianças fora da escola”. “Muitos vão dizer que isso é uma utopia, um sonho, mas nós temos que lutar por nossas utopias. O que não podemos é aceitar a educação como está”, dizia o educador.

Inconformado com a situação da Educação brasileira, o professor lembrava a necessidade de mudanças. Uma delas seria dar mais atenção ao ensino de base, já que assim a defasagem no ensino seria minimizada e o país conseguiria sanar problemas observados em séries posteriores.

“A raiz está no ensino básico, que é a base de tudo. Hoje, a sociedade está abandonada. Os governos deveriam investir mais no ensino básico. A arrecadação do imposto de renda reúne bilhões e bilhões de reais, e onde é aplicada essa verba? Não vemos uma aplicação social efetiva”, criticou, cobrando que o governo assumisse sua função pública de lutar pela evolução social da população através da educação e da cultura.

Além disso, também defendia a implantação do ensino em tempo integral nas escolas e o fim do regime da aprovação automática, o que, na sua opinião, desmoraliza o ensino básico. “O ideal é que o ensino básico seja em horário integral. O diretor de cada unidade escolar deve planejar os horários e as atividades dos alunos e professores. Os professores também deveriam trabalhar em uma escola só e recebendo uma remuneração adequada”, apontava o professor Leodegário.